

Basta! Essa barbárie precisa acabar

Aumento de todo tipo de agressão à mulher

Constatação é de pesquisa realizada pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Números se referem ao ano passado

► TAINÁ ANDRADE

Pesquisa divulgada ontem mostra que todos os tipos de violência contra brasileiras aumentaram no ano passado. Segundo a quarta edição do levantamento *Visível e Invisível: a Vitimização de Mulheres no Brasil*, divulgada pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, cerca de 7,4 milhões de mulheres foram agredidas fisicamente — o que representa 14 mulheres por minuto recebendo tapas, socos ou pontapés. Mais: quando o ataque é a ofensa verbal, a assedagem mostra que chegou a pouco mais de 23% das brasileiras.

A pesquisa revelou que os ex-parceiros são apontados como os principais agressores, seguidos dos atuais companheiros. Isso representa que os ataques continuam sendo praticados, em 74% dos casos, causados por um autor conhecido (intimo da vítima e, em mais da metade dos casos, na própria casa).

O levantamento aponta, também, que uma em cada três brasileiras com mais de 16 anos sofreu violência física e sexual provocada por parceiro íntimo ao longo da vida. Essa constatação representa mais de 21,5 milhões de mulheres que passam por essa situação, uma quantidade maior que a média global (de 27%) apontada pela Organização Mundial da Saúde (OMS).

"Algumas hipóteses (para este dado) são que justamente quando a mulher tenta sair do relacionamento, há uma reação do parceiro. Existem duas situações: já estava em uma relação violenta, e as agressões foram intensificadas, ou iniciaram-se os ataques por não aceitar o fim. A tentativa ou o término do relacionamento são fatores para o feminicídio — temos pesquisas que comprovam. A gente sabe que esse crime é resultado de uma série de violências que se acumulam há

Situação estonteadora

A quarta edição da pesquisa *Visível e Invisível: a Vitimização de Mulheres no Brasil*, realizada pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, mostrou um aumento em todos os tipos de

- 11,6%** Violência física
- 12,4%** Ameaças de violências físicas
- 5,1%** Ameaça com faca ou arma de fogo
- 23,1%** Ofensas verbais
- 9%** Ofensas sexuais
- 13,5%** Perseguição
- 5,4%** Espantamento ou tentativa de estrangulamento
- 4,2%** Lesão provocada por algum objeto que lhe foi atirado
- 1,6%** Esfaqueamento ou tiro

violência contra a mulher, em 2022. Aproximadamente 74 milhões de brasileiras sofreram violência física, o que equivale a 14 mulheres agredidas por minuto.



2 estupros por minuto no país

Um estudo publicado ontem pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) mostra que existem aproximadamente 820 mil casos de estupros por ano no Brasil. Isso é o equivalente a dois ataques sexuais por minuto.

Além disso, de acordo com o levantamento, há uma sub-notificação para os estupros. O pesquisador e um dos autores do estudo, Daniel Cerqueira, classificou os dados como uma "barbárie que acontece debaixo dos nossos olhos". Segundo ele, o perfil das vítimas é alto na adolescência, com o pico aos 13 anos, que corresponde a mais de 20 mil casos. Os principais agressores fazem parte dos grupos de parceiros e ex-parceiros, parentes (sem ser cônjuges) e amigos/conhecidos.

O pesquisador afirma que as informações não retratam a realidade dos estupros, pois os dados são considerados bem mais baixos do que a realidade. Na maior parte dos casos, o registro depende da própria vítima ou de sua família, mas isso não acontece com frequência.

Políticas públicas

Cerqueira salienta que a falta de dados precisos sobre o ataque sexual torna as políticas públicas ineficientes, pois não atacam o problema. Para ele, a violência contra a mulher tem três dimensões — prevenção, o processo relacionado ao estupro e a pós-violência — que devem ser observadas e merecem respostas mais apropriadas.

"A gente precisava ter informações mais específicas das vítimas. Como e em que condições aconteceu o estupro? Por que ela não deu queixa?", observa Cerqueira, que acrescenta:

"Para mitigar o problema, são três dimensões: uma antes, a primária, que é de prevenir que o ato aconteça. Isso envolve investimento em educação, informação para conscientização das pessoas, entender as raízes do patriarcado. A secundária, para evitar que a vítima sofra novos estupros ou seja revitimizada ao denunciar. Nessa prevenção, tem que haver um investimento nas organizações do Estado que acolhe as vítimas de violência. E a terceira é o que vem depois, as sequelas do crime, o tratamento dos distúrbios emocionais, que podem levar a riscos maiores de suicídio", detalhou.

De acordo com o pesquisador, o levantamento mostra o despreparo da sociedade para lidar com o estupro. Cerqueira lembra que a violência contra a mulher é, muitas vezes, naturalizada por causa da cultura patriarcal que domina, inclusive, o raciocínio das autoridades.

"O grande desafio é o de superar a cultura patriarcal. Por que não se superou? Porque muitas vezes não é enxergado como problema. Até a década de 1980, os juristas debatiam se o marido fazer sexo sem o consentimento da esposa era considerado estupro. Até o começo dos anos 1990, um artigo no Código Penal dizia que a mulher só podia prestar queixa de violência com autorização do marido. Mesmo com a Lei Maria da Penha, estamos dando os primeiros passos para enxergar isso como problema", lamentou. (TA)

algum tempo", enfatizou a coordenadora do núcleo de dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, Isabela Sobral.

Desconstrução

A pesquisadora frisa que isso desconstrói a ideia de que se a mulher quiser sair de uma situação de violência, ela simplesmente pode encerrar o

relacionamento. Ela acrescenta que uma decisão assim pode levar a um desfecho trágico.

Outro dado do levantamento mostra que as mulheres solteiras relataram ter sofrido quatro agressões ao longo do ano passado, enquanto que as divorciadas disseram sido atacadas ao menos nove vezes. Para Isabela, isso é um retrato da violência que se perpetua ao longo da vida das mulheres

e que muda de acordo com a faixa etária, chorando quando se tornam mais velhas.

Apesar de ter aumentado o número de mulheres que foram até uma Delegacia da Mulher, 45% das vítimas se calaram em relação às denúncias. Para a pesquisadora, trata-se de um reflexo da falta de confiança das vítimas na proteção que deveriam receber.

"Entre essas que não fizeram

nada, mais de 20% disseram que não fizeram porque não acreditavam que a polícia poderia oferecer alguma proteção. É importante que se construa a conscientização de igualdade de gênero na sociedade. Para que as políticas possam atender as mulheres, é necessário que exista investimento e o governo federal efetive os gastos contra a violência contra a mulher", observa Cerqueira.

Anielle é uma das mulheres do ano da Time

A ministra Anielle Franco, da Igualdade Racial, foi escolhida pela revista norte-americana *Time* como uma das mulheres do ano. A colocação na lista, ao lado de outras 11 mulheres — todas ligadas a algum tipo de ativismo —, se deve sobretudo pela liderança que ela assumiu, depois do assassinato da irmã, a vereadora Marielle Franco, em 2016, crime sobre o qual ainda não se sabe o mandante, nem a motivação.

"Muito orgulhosa emocionada em ter sido a primeira e única brasileira indicada como 'Mulher do Ano' entre as 12 escolhidas pela revista norte-americana *Time*. Estou muito feliz e não chego sozinho. Esse reconhecimento não é só meu, é de todas as mulheres negras do Brasil", tuitou.

Anielle foi incluída em uma lista na qual ela é uma das quatro mulheres negras: a atriz e cantora norte-americana Angela Bassett, a jogadora e modelo somali Iramla Ali e a produtora e também atriz norte-americana Quinta Brunson. Completam a relação a atriz australiana Cate Blanchett, a ambientalista e ativista ambientalista paquistanesa Aishah Siddiqi, a cantora e compositora norte-americana Phoebe Bridgers, a ativista ucraniana Olena Shevchenko, a ativista mexicana Verónica Cruz Sánchez, a

jornalista iraniana Masih Alinejad, a jogadora de futebol norte-americana Megan Rapinoe e a executiva japonesa Makiko Ono.

A *Time* destaca que Anielle cresceu no Complexo da Maré, na Zona Norte do Rio de Janeiro, e começou a jogar vôlei aos oito anos — esporte que, aos 16, permitiu que ela fosse jogar nos Estados Unidos, onde permaneceu por 12 anos e estudou inglês e jornalismo. Por lá, ela passou pelo Navarro College, em Corsicana, no Texas; pela Louisiana Tech University, pela North Carolina Central University e pela Florida A&M University — as duas últimas historicamente negras.

Justiça

O perfil elaborado pela *Time* frisa que Anielle, por causa do assassinato da irmã — e do motorista que a conduzia, Anderson Gomes —, teve que se jogar na luta por justiça e para que as autoridades se empenhassem na elucidação do crime. Ao mesmo tempo em que batalhava para que Marielle não se tornasse apenas uma estatística no histórico de crimes do Rio de Janeiro, a ministra levantou a bandeira da igualdade racial, que a levou ao governo de transição no grupo de

João Cruz/Agência Brasil



Ministra disse à revista que depois do assassinato da irmã teve mais força para lutar pela igualdade racial

trabalho sobre o tema, e, depois, a uma pasta na gestão do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

"Ficou o medo quando eles mataram a minha irmã. Agora, eu tuio por algo muito maior do que eu mesma", afirmou Anielle à *Time*.

A revista ainda salienta que Anielle tem, hoje, 38 anos, a mesma idade de Marielle quando foi

morta. "Para que eu pudesse chegar e estar nesse lugar, meus pais ralaram muito. A Mari também. Venderam sacolé, roupa e sapato nas feiras da Maré e em Vilar dos Teles (bairro em São João do Meriti, município da Baixada Fluminense), para que eu pudesse sempre galgar conhecimento", acrescentou Anielle à *Time*.

Na posição de ministra de Estado, ela espera que o assassinato da irmã seja finalmente elucidado. "Espero que para os próximos dias, para os próximos meses, que a gente não precise esperar mais cinco anos para descobrir quem mandou matar a Mari. Isso é uma das nossas missões de vida", disse.

